

Zélia promete ser dura com credores

VANNILDO MENDES

O Governo vai afinar o compasso da dívida externa com o nível de sacrifício interno exigido dos brasileiros pelo pacote de estabilização da economia. Por isso, só vai definir as bases da renegociação com os credores após ter integralmente aplicado a versão definitiva do plano econômico e colher os primeiros resultados. A dimensão do sacrifício contido nas medidas que estão sendo aprovadas, modificadas ou rejeitadas pelo Congresso Nacional, será a mesma a ser exigida dos credores.

Essa é a lógica que os técnicos da área econômica estão tentando passar à opinião pública, nos contatos com o Congresso Nacional e nas entrevistas à imprensa. "Seria uma incoerência impor sacrifícios dessa magnitude ao povo brasileiro e não conseguir nenhuma contrapartida ou compreensão dos credores internacionais", sintetizou a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na sua recente viagem ao Canadá.

SIGILO

O Brasil deve aproximadamente 107 bilhões de dólares aos bancos e países

credores, aos quais se somarão os quase cinco bilhões de dólares de atraso no pagamento dos juros vencidos nos últimos cinco meses. O Governo Collor estabeleceu como meta pagar apenas cinco bilhões de dólares anuais, contra os mais de 12 bilhões dos últimos anos, de juros e amortização da dívida. Além disso, faz gestões no sentido da redução do montante, através de vários mecanismos, entre eles o Plano Brady.

Mas esses pontos não passam de sinalizações genéricas, pois o Governo, como fez em relação ao Plano Brasil Novo, vem encaminhando a formulação da proposta de renegociação da dívida externa do mais estrito sigilo. Não há um grupo de trabalho formalmente constituído, nem agentes credenciados a tratar do assunto. "Quem o fizer, estará falando por conta própria, não em nome do Governo", advertiu um técnico do setor econômico.

A expectativa é de que, na prática, o Governo brasileiro endureça sua posição junto aos credores, em torno de bases de negociação tão radicais como aconteceu no plano interno, no tocante às reformas monetária, fiscal e administrativa e ao novo sistema de preços e salários.